

O PAC Habitação e o impacto no consumo doméstico de moradores de classes populares

*Shirley Alves Torquato*¹

A pesquisa foi realizada entre 2010 e 2013 com ex-moradores da Favela do Preventório, que por morarem em áreas consideradas de risco de acidentes na parte alta do morro, foram contemplados com apartamentos construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento². A metodologia consistiu em observar o cotidiano de 65 famílias e identificar como se deu a adequação delas às novas despesas impostas (tarifas de eletricidade, condomínio e novas necessidades de consumo) nos apartamentos e os novos padrões de consumo internalizados.

Das 65 famílias que tive contato durante o campo, identifiquei uma relativa heterogeneidade no que se referia a seus históricos de vida. A maioria relatou que vivia na favela em casas com no máximo dois cômodos e com muitas carências estruturais; poucas afirmaram que suas casas na favela eram espaçosas. Em ambos os casos, o espaço externo, como o quintal, sempre foi apontado como elemento que mais sentiam falta nos apartamentos. Neste *paper* irei apontar algumas reflexões antropológicas sobre os aspectos ambíguos presentes no processo da mudança.

O Morro do Preventório

A Favela do Preventório, mais conhecida como Morro do Preventório, está localizada no bairro de Charitas, entre o bairro de São Francisco e o de Jurujuba. O entorno é rodeado por resquícios da mata atlântica, com áreas de preservação ambiental e pela orla da Baía de Guanabara. Na extensão da rua principal existem prédios de luxo, restaurantes, hotéis e mais próximo à favela, algumas edificações públicas, como dois hospitais (um deles o importante Hospital Psiquiátrico de Jurujuba), o Corpo de Bombeiros e uma Delegacia de Polícia. No sentido oposto, há uma área de preservação ambiental, onde algumas casas começaram a ser construídas (não só casas na extensão da favela, como também, mansões de luxo, um pouco mais afastadas). Em frente ao Preventório, na Praia de Charitas está localizada a estação hidroviária do Catamarã de Charitas³, que faz a travessia para o centro do Rio de Janeiro até a Estação Praça XV. Essa mesma praia é frequentada durante a semana e principalmente nos finais de semana, por banhistas que moram na localidade e em outros bairros. Durante o verão e o outono, é comum haver fortes chuvas e temporais na cidade, e devido a alagamentos, enchentes e deslizamentos de terras. No Preventório, essas histórias se repetem anualmente, por isso, ali as obras de contenção sempre foram necessárias e urgentes.

O bairro de Charitas possui uma caracterização bucólica, devido à paisagem e a vegetação local e às praias de águas tranquilas. A distância do centro da cidade é de no máximo vinte minutos de ônibus ou carro. Por conta de tantas qualidades, nos últimos anos vem passando por uma revalorização imobiliária, tendo sido considerado pela Associação das Empresas do Mercado imobiliário (Ademi Niterói) em 2013, o bairro com o metro quadrado mais valorizado de Niterói. Nos últimos dez anos houve no bairro um aumento progressivo de condomínios residenciais, que veio a modificar um pouco a identidade do local. A favela do Preventório no bairro, no entanto, não foi um empecilho para essa revalorização, ao contrario, ela foi escolhida para abri-

gar o primeiro PAC Habitação da cidade, que incluía a construção dos prédios, contenção de encostas, obras de saneamento básico e esgotamento sanitário.

O PAC No Morro do Preventório

Como em todas as cidades metropolitanas brasileiras dotadas de desigualdades, o processo de favelização em Niterói vem ocorrendo de forma progressiva, sobretudo em áreas consideradas de risco e de interesse ambiental. A maior favela da cidade, e uma das mais antigas localizada no Morro do Preventório, é também uma das primeiras favelas na cidade a receber investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, Programa elaborado pelo Ministério das Cidades, através do Governo Federal em parceria com os governos estaduais e municipais⁴.

Os interlocutores

Para este *paper* elegi cinco interlocutores para representarem o conjunto dos moradores com os quais conversei ao longo da pesquisa.

Simone tem 38 anos e é empregada doméstica. Separada, ela mora com dois filhos adolescentes (15 anos e 18 anos) no Preventório III. O anúncio da demolição de sua casa na favela a pegou de surpresa, mas ao mesmo tempo reacendeu-lhe a esperança de uma “vida melhor”. Antes da mudança, no entanto, economizou mês a mês para comprar móveis para a casa nova. No dia da mudança, que aconteceu um ano depois, já havia comprado um jogo de sofá de dois e três lugares; móveis de quarto para ela e para os filhos; mesa e quatro cadeiras em madeira; máquina de lavar, fogão e geladeira;

Crisântemo tem 55 anos e mora sozinho num apartamento no Preventório I. É solteiro, não tem filhos e é ascensorista desemprega-

do. Seu apartamento é bem equipado, arrumado e com odor de limpeza. Quando soube que sua casa seria demolida e que seria removido para um apartamento ficou feliz com a possibilidade de ter mais conforto, pois morava numa casa de pau a pique de apenas um cômodo. Quando se mudou, já havia ganho de conhecidos, todos os móveis da sala, do quarto e um forno de microondas.

Cláudia tem 37 anos, é viúva, babá desempregada, e mora com os três filhos (22, 20 e 18 anos) e os netos (2 e 3 anos). Embora todos os adultos desempenhem trabalhos remunerados, nenhum possui emprego fixo. Cláudia, por exemplo, fazia bicos como garçonne em festas, e como ajudante de cozinha em bufês, assim como as duas filhas. O filho de 18 anos é o que possui “biscates” mais constantes, sendo um dos principais provedores da casa. Cláudia relata que, ao se mudar para o apartamento, viu-se na obrigação de se adaptar ao novo espaço e isso significava não apenas pagar as novas contas como também comprar mobílias, uma vez que a casa antiga possuía poucos móveis, tanto devido à falta de espaço, como pela insegurança de que eles durassem pouco por conta das enchentes constantes.

Viviane é moradora do Preventório I. Tem 38 anos, é casada e mãe de dois filhos. Todos os quatro moram no apartamento. Segundo relatou, saiu de sua casa da favela para o apartamento porque não teve escolha, pois gostava da favela e do espaço e liberdade que tinha. Sentiu uma insatisfação muito grande em relação à nova moradia, principalmente porque já discutiu com o síndico questões concernentes às taxas condominiais, consideradas por ela altas e injustificáveis. Ela chamou atenção para o fato de que sua casa anterior era “maior e melhor”, embora, em épocas de chuvas sofresse com enchentes. Apesar da insatisfação com a mudança, mostrou-me os carnês das lojas *Insi-nuante* e *Casas Bahia*, onde comprou “praticamente tudo” para o apartamento: jogo de sofá, rack, máquina de lavar, armários de quarto, camas e fogão.

Gisela tem 63 anos, é viúva, diarista, mora com as duas netas (de 5 anos e 6 anos) no Preventório I num apartamento cuja janela dá

de frente para o Catamarã de Charitas. Seu salário é de um salário mínimo, e ela o complementa com faxinas extras na casa do síndico, passagens de roupa e o Bolsa-família das netas. Sobre a mudança de moradia, ela conta que representou uma transformação positiva na sua vida, pois já vivenciou muitas tragédias quando morava na favela, principalmente com as enchentes. Certa vez, ficou sem seus pertences e foi obrigada a morar por cerca de um ano num abrigo disponibilizado pela Prefeitura. Neste período, ela dividiu-se entre casa de parentes e amigos, até reconstruir pouco a pouco o que perdeu, e fazer uma pequena obra para voltar para casa.

A Adaptação ao novo espaço

De acordo com os relatos dos moradores, a adaptação ao novo espaço, significou objetivamente investir em novas práticas e usos do espaço doméstico, e, ao mesmo tempo reformular ou até mesmo suspender algumas práticas sociais antigas, como lavar e estender roupas em frente de casa, ou ter de aprender a controlar o barulho produzido no interior de suas residências, além de se defrontar com novos regimes de proximidade que exigiam uma etiqueta mais universalista e impessoal. Nesse repertório de mudanças, ao mesmo tempo em que desapareceram velhos conflitos, delinearam-se novos, muitos deles completamente desconhecidos para essas pessoas. É nesse contexto que a cultura material entra em cena para ajudar a elucidar as novas tramas e dramas que passam a fazer parte da vida dessas pessoas. A cultura material ganhou destaque e importância na medida em que passou a corroborar as novas fronteiras entre os moradores, além de representar, de fato, para alguns, uma forma de mobilidade ou ascensão social⁵.

Para a maioria desses moradores, como Viviane, as razões para a mudança não eram coerentes.

O perfil geral das famílias moradoras do PAC Preventório

As famílias eram compostas majoritariamente de 1 a 5 membros (87,92%), com predominância daquelas compostas de até três pessoas (58,06%). Os chefes de família são em sua maioria do sexo feminino (53%). As profissões mais comuns são as de empregada doméstica, porteiro, pedreiro, auxiliar de serviços gerais e comércio⁶. Embora os moradores estejam em sua maioria inseridos no mercado de trabalho, o tipo de vinculação encontra-se diferenciado: de 89,06% que trabalham, 50% possuem uma vinculação no mercado formal; 35,89%, no mercado informal, e 12,89% são aposentados. 63,71% recebem na faixa salarial de 01 a 02 salários mínimos; 16,24%, com 03 salários; e acima de 04 salários mínimos, 8,28%%. (TORQUATO, 2013)

O PAC Morro do Preventório

Foram construídos três prédios que foram reconhecidos por: Preventório I, Preventório II e Preventório III. Minhas observações foram realizadas no Preventório I e no Preventório III. O Preventório I é identificado como a grande “vitrine” do PAC, por estar localizado na avenida principal, avizinhandose de prédios de classe média alta, e da Estação do Catamarã. O Preventório III está localizado numa das principais entradas da favela do Preventório, e, estruturalmente, mais próximo do morro do que do asfalto, ao contrário do Preventório I.

O Preventório I

O Preventório I está situado na avenida de grande movimentação de carros, ônibus e pedestres, onde se avizinham a Delegacia policial do bairro, o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, o Hospital dos ser-

vidores do Estado, que funciona principalmente como maternidade, e o Corpo de Bombeiros. Na extensão da via localizam-se restaurantes, um hotel e prédios residenciais de luxo. Em frente está localizada a Estação Hidroviária do Catamarã. Ao todo, são 64 apartamentos de 45 metros quadrados em média.

Ainda que esteja situado em frente à praia, algo que configura valor simbólico, os moradores do Preventório I não sentem diferença em termos de status em relação aos moradores do Preventório II ou III. As diferenças que gostam de enfatizar são em relação à organização. “Aqui tudo é Morro do Preventório. Veio todo mundo do mesmo lugar, não tem diferença não. Mas eu prefiro o meu PAC, acho mais organizado. O pessoal lá do Preventório II, dos Bombeiros, eu acho muito abusado”. (Gisela, moradora do Preventório I)

O Preventório III

O Preventório III está localizado numa das principais entradas da favela do Preventório, e, estruturalmente é mais próximo do morro do que do asfalto, ao contrário do Preventório I. Possui três blocos de seis prédios com cinco pavimentos (A, B, C, D, E e F), que completam ao todo 120 apartamentos, e uma média de 500 moradores. Dentre os três conjuntos é o mais populoso. Assim como o Preventório I, os apartamentos possuem em média 45 metros quadrados.

Mudança de endereço e novas hierarquizações de consumo

Para a maior parte dos moradores, como Simone, Crisântemo e Gisela, o PAC representava, de fato, a possibilidade de “ter um endereço”, urbanização e saneamento básico. Neste caso, mesmo apontando as arbitrariedades do poder público, eles reconheciam a dimensão

positiva, pois significou a possibilidade de possuir uma referência objetiva para serem localizados por amigos e familiares.

No contexto de minhas observações no Preventório, verifiquei que a ambiguidade dos moradores residia no fato de que, independentemente de estarem enraizados como moradores do morro, gostarem de suas antigas casas, eles também reconheciam como direito seu a mudança para o apartamento, o que poderia significar o ingresso em uma nova ordem para a qual também desejavam entrar, mesmo que esse lugar favorecesse novos tipos de controle e vigilância, bem diferentes daquela relativa invisibilidade que o estigma e a condição de "favelados" lhes conferia.

Aspectos pragmáticos da mudança: ter “uma casa toda arrumadinha”

A despeito dos conflitos que demonstravam, a atitude pragmática de tomar posse dos apartamentos, de ocupá-lo e fazer dele sua nova casa, prevaleceu sobre todas as outras. Aqui chamo atenção para uma expressão nativa que preenche bem o sentido deste processo de instalação, pois foram inúmeras as situações e momentos de nossas conversas em que eles a mencionaram ao me dizerem que, agora, finalmente estavam podendo ter uma "casa toda arrumadinha". A orientar-me pelas reflexões de Walter Benjamin (1984) sobre as brincadeiras e os brinquedos infantis, percebi que a expressão que incluía um diminutivo, revelava esta ambiguidade de ser percebida ao mesmo tempo como um jogo, uma brincadeira, mas também um desafio, e por isso mesmo deveria assumir uma importância vital para as minhas análises, quanto mais eu me deparava com o material de campo.

Sendo assim, a expressão foi a "janela" para eu lidar melhor com o esquema de Bateson (2006), e demonstrar a partir dele o quanto a cultura material constitui e é constitutiva de nossas percepções do mundo. Entretanto, vale destacar que o desafio de ter uma "casa toda

arrumadinha" não é a mesma coisa para todas essas pessoas. Isso fica evidenciado em suas próprias narrativas e justificativas, pois os aspectos a serem ressaltados são variados e algumas vezes contraditórios.

A possibilidade de, concretamente, efetuarem uma mudança de vida, a mudança para o apartamento implicou gastos, desde a preparação do novo ambiente para receber os bens, até o transporte, ou mesmo, pela aquisição de novos bens domésticos. Aliás, praticamente todas as famílias que visitei não levaram (não quiseram levar) para os apartamentos nenhum bem doméstico utilizado na moradia na favela.

A mudança não implicou somente a mudança de endereço, entendida como a transferência das pessoas e dos antigos bens do morro para o apartamento. Ocupar aquele espaço implicou também a adoção de novos sistemas e critérios classificatórios, no que diz respeito às categorias-chaves que deveriam organizar o novo espaço de moradia. A mudança exigiu também a adoção de novos hábitos, atitudes e etiquetas em relação aos usos dos espaços comuns, relações com vizinhos, dentre outras, sendo assim, novos objetos foram considerados necessários, senão essenciais para concretizarem e marcarem esta importante passagem. Neste sentido, a mudança exigiu também uma nova relação com o dinheiro, o que acarretou a incorporação de uma lógica monetária e contábil bem distinta da anterior, e que passou a incluir novos itens de despesa, gastos e hábitos de consumo que, por sua vez, passaram a ser determinantes nas concepções de conforto dos moradores. É verdade que tudo isso revelou-se um processo bastante dramático e permeado por contradições, isto é, carregado de ambiguidades, rejeições, críticas, mas também de muitas expectativas e novos desejos.

De acordo com a perspectiva por Thévenot (1994), "as coisas já estavam nas pessoas", portanto, havia toda uma dinâmica da familiaridade em jogo com os objetos, embora implícita, já que nas antigas moradias essas coisas não existiam porque, como muitos deles disseram, as casas como tais "não pediam", ou nos termos de Goffman (2010), não se "encaixavam". Os apartamentos montados e arrumados

(acomodação e encaixe), como se pode ver nas fotografias não deixaram dúvidas quanto a isso.

Não está em questão neste momento, e, principalmente, neste trabalho, se este evento constitui um fato positivo ou negativo, em suma, se é algo moralmente condenável ou não. O fato é que, postos diante de um "desafio", através de um programa de governo que impôs a mudança, os moradores responderam afirmativamente à altura, e de modo competente, não deixando dúvidas de que já haviam assimilado, mesmo enquanto moradores de casas consideradas precárias e em situação de risco, as representações e os valores de moradia burgueses.

Conforto e senso estético

Sem dúvida, conforto e senso estético foram dois valores nos quais os moradores do PAC demonstraram mais competências, se comparadas àquelas outras em relação às contas e às noções de despesa, o que me levou a acreditar que o gosto estético já estava incorporado, mesmo que imaginariamente. Isso ficou patente no modo rápido e eficiente com que se dedicaram não apenas a adquirir os bens considerados necessários, essenciais, mas, sobretudo em arranjá-los no espaço, segundo os critérios estabelecidos pelos padrões estéticos das camadas médias, logo após a mudança para os apartamentos. O mesmo não pode ser dito em relação às rotinas de pagamentos de contas e despesas como condomínio, luz e água.

No campo das representações, não havia ainda lugar para uma lógica de *accountability* que relacionasse, claramente, os custos que os novos hábitos de consumo poderiam ter e os efeitos disso nos seus respectivos orçamentos domésticos. Eles já eram “consumidores”, porém, não ainda “cidadãos” (CANCLINI, 1995), uma vez que a internalização ou o estímulo da lógica consumidora era mais forte do que a assimilação de direitos e deveres institucionalizados.

Bourdieu, em seu livro *A distinção* (2008), procura reafirmar a tese de que o gosto é parte de um capital cultural acumulado pelo *habitus* de se pertencer a um dado grupo social, ou mesmo classe social. Para o autor, e este talvez seja o aspecto mais criticado de seu trabalho, não há muito lugar para o exercício do gosto enquanto aquisição meramente individual ou pessoal. Segundo Bourdieu, o gosto passa primariamente pelo *habitus*, ou seja, pela experiência de pertencimento a um dado grupo social.

Minha percepção é que os moradores não ignoravam de forma alguma a existência de outros *habitus*, mesmo não sendo nativos em relação a eles, mas que o fato de estarem imersos numa sociedade na qual a publicidade e a propaganda constituem a base da cultura de massas (veja-se a tevê aberta, que se encontra presente em 95,7% dos domicílios brasileiros, de acordo com o IBGE) os fazia terem familiaridade, compartilhar muitos valores e hábitos de consumo das chamadas camadas médias urbanas, mesmo que não tivessem a posse concreta dos objetos. Além disso, como muitos moradores eram mulheres e, neste caso, trabalhadoras domésticas, os *habitus* dos patrões tornavam-se referências importantes para elas como modelos a serem seguidos. Neste caso, os *habitus* dos patrões, se não são exatamente adquiridos ou assimilados, podem ser de certa forma compartilhados e mimetizados em relação a certas práticas de consumo, tais como certos hábitos alimentares, modos de preparação da comida, modos de organização da casa, disposições dos objetos, hábitos de higiene, e mesmo, alguns padrões estéticos.

Havia outras questões de ordem simbólica. Para muitos, a casa na favela não comportaria, ou "combinaria" com certos tipos de bens, ou mesmo novos bens, pois eram percebidos como pertencentes a universos classificatórios distintos. Esta questão ficou evidente quando, conversando comigo, Cláudia sorriu, enquanto comentava o fato de que "nunca pensou em ter um sofá" em sua casa na favela, porque "não havia onde colocá-lo e porque nunca recebia visitas". Este fato, no entanto, não a impediu de declarar que também se sentia em con-

formidade e bem acomodada com seus filhos na antiga casa que, segundo ela, possuía dois cômodos, além do banheiro, todos “no tijolo”. De móveis, possuía só as camas e alguns bancos, e de eletrodomésticos, só a geladeira e o fogão, sendo todos trocados para a mudança. Simone por exemplo foi bem clara em sua fala:

Eu não trouxe nada da casa antiga. Não tinha como trazer. As coisas velhas não mereciam a casa nova. Aqui é vida nova e casa nova pede coisas novas. Comprei tudo: guarda roupa, cama, geladeira, sofá, fogão. Tem outro armário que vai chegar ainda. Não comprei quando morava lá em cima porque as coisas novas não mereciam a casa velha. Era muita poeira. O chão era de cimento.

A casa na favela apresentava-se com atributos mais “poluidores”, devido à ausência das divisões internas, ao piso de chão ou terra batida, falta de água encanada, pois, além dos aspectos físicos e espaciais, ter “uma casa arrumadinha” significava também poder mantê-la limpa com maior facilidade. Conforme Simone e Denise alertaram, o piso de suas casas no morro era de “terra”, o que aumentava a proliferação da poeira em toda a casa, pois o acesso da favela até suas casas também era de terra, e em épocas de chuva transformava-se em lama. Este fator, para Simone, era o que mais a desanimava a renovar suas mobílias, pois, segundo sua concepção, seria necessário, antes, investir em obras de infraestrutura em sua casa. E, enfim, ter uma “casa arrumadinha” era poder equipar os cômodos de maneira funcional, mas também com cuidado estético, tornando-a confortável e agradável aos olhos.

Considerações finais

Pelo que foi observado nos apartamentos visitados, o novo espaço doméstico, permitia outras possibilidades dentro da função maior de moradia. A divisão interna dos cômodos, se por um lado separava e dividia as funções, por outro, integrava-as, permitindo novas funções

para seus usos, além de novas disposições estéticas através dos objetos. É neste contexto que os moradores confessavam que possuíam "um sonho", que só agora podia ser colocado em prática, que era o de "ter uma casa arrumadinha". Os moradores viam na "arrumação da casa" a possibilidade de colocarem em prática seus saberes e habilidades enquanto trabalhadoras domésticas, e isso não dizia respeito somente à estética, mas também em relação à realização de outro tipo de investimento, que era a organização funcional do espaço doméstico em termos das funções poluição/limpeza. "Ter uma casa arrumadinha" significava muito mais do que adquirir novos bens, ou privilegiar apenas um certo arranjo estético deles no espaço - apesar de este adquirir relevância - mas, sobretudo dizia respeito às facilidades de acesso às operações objetivas de manutenção da casa, algo que se constituiria numa conquista importante das casas burguesas ainda no início do século XX, com a eletrificação das casas, o gás e as primeiras máquinas de lavar roupa. Ter uma "casa toda arrumadinha", significava ter uma casa organizada de forma "conveniente", na qual os objetos correspondessem aos cômodos, ou às divisões internas com funções específicas (quarto, sala, cozinha e banheiro), e "pronta", sem marcas de obras por fazer - com pintura externa e interna; com "banheiro decente" - ou seja, água encanada nas torneiras e chuveiro, e com piso frio em toda a extensão da casa.

Referências

BATESON, Gregory. *Naven*: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THÉBENJAMIM, Walter. *A criança, o brinquedo e a educação*. Trad. Marcos Vinicius Mazzari. São Paulo, Summus, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TORQUATO, Shirley. *Casa nova, vida nova*. 27 de out. 314. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós Graduação em Antropologia, Niterói, 2013.

VENOT, Laurent. Le régime de familiarité. Des choses en personne. In: *Genèses*, 17, 1994. Les objets et les choses. pp. 72-101. Disponível em: <http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/religions/le-regime-de-familiarite-des-choses-en-personne-article-n-1-972611>. Acesso em 15/08/2011.

¹ Shirley Alves Torquato é doutora em Antropologia pelo PPGA da UFF e realizou estágio doutoral sanduíche na EHESS/Paris.

² As obras do PAC Morro do Preventório foram iniciadas em 2008 e os primeiros apartamentos foram entregues no segundo semestre de 2009. Ao todo foram construídos 238 apartamentos para abrigar famílias moradoras dessas áreas e 10 unidades para abrigarem a internos do hospital psiquiátrico, localizado ao lado da favela.

³ O Transporte marítimo que faz a travessia dos municípios de Niterói e Rio de Janeiro, no tempo aproximadamente de dez minutos, não tem os moradores do Preventório como sua principal clientela, uma vez que o valor da tarifa é considerado alto para os padrões populares.

⁴ A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, ligada à Secretaria de Habitação, recebeu da Caixa Econômica Federal (CEF) o prêmio Caixa Melhores Prática sem Gestão Local. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=721256>. Acesso em 25/03/2012.

⁵ Assistentes sociais da Companhia Estadual de Habitação- CEHAB-RJ, atuaram como colaboradores no processo de mudança dos moradores ao auxiliá-los nos procedimentos burocráticos durante a transição para os apartamentos, auxiliando-os nas questões administrativas, posturais, na elucidação das regras condominiais e na internalização da importância de determinadas obrigações, como o pagamento da taxa de manutenção do condomínio, lei do silêncio à partir das 22 horas, proibição das roupas estendidas nas janelas, dentre outras.

⁶ Os moradores com os quais conversei exerciam ocupações e atividades profissio-

nais instáveis, e possuíam renda predominante de até um salário mínimo. Em poucos casos chegavam a dois salários mínimos. Eram, em sua maioria, beneficiários do Programa Bolsa Família, e a consideravam um auxílio importante para custear a compra de alimentação para toda a família. Com alguns deles convivi mais, não devido apenas à afinidade ou empatia, mas também porque possuíam papéis estratégicos no campo de estudo.

Resumo

Este trabalho é fruto da pesquisa etnográfica desenvolvida em minha tese de Doutorado em Antropologia, cujo objetivo consistiu em analisar os impactos nos padrões de consumo de famílias que moravam em áreas consideradas de risco na Favela do Preventório e que foram contempladas com apartamentos construídos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Este *paper* sinaliza algumas reflexões sobre as principais relações estabelecidas entre a mudança de endereço e as novas hierarquizações de consumo por parte destes moradores.

Palavras-chave

Consumo doméstico; casa arrumadinha; PAC; Morro do Preventório.